



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

---

**Processo nº** 13629.001209/2002-25  
**Recurso nº** 132.600 Voluntário  
**Matéria** SIMPLES - EXCLUSÃO  
**Acórdão nº** 302-38.207  
**Sessão de** 9 de novembro de 2006  
**Recorrente** MÉRITO SERVIÇOS LTDA.  
**Recorrida** DRJ-JUIZ DE FORA/MG

---

Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - Simples

Ano-calendário: 2002

Ementa: É vedada a opção pelo SIMPLES da pessoa jurídica que realize a atividade de locação de mão de obra.

**RECURSO VOLUNTÁRIO NEGADO.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da SEGUNDA CÂMARA do TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

A handwritten signature in cursive ink, appearing to read "Judith do Amaral Marcondes Armando".  
JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO - Presidente

A handwritten signature in cursive ink, appearing to read "Paulo Affonso de Barros Faria Júnior".  
PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR - Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Elizabeth Emílio de Moraes Chieregatto, Corintho Oliveira Machado, Rosa Maria de Jesus da Silva Costa de Castro, Mércia Helena Trajano D'Amorim, Luciano Lopes de Almeida Moraes e Luis Antonio Flora. Ausente a Procuradora da Fazenda Nacional Maria Cecília Barbosa.

## Relatório

Adoto, com algumas inclusões, o sintético, porém preciso, Relatório do Acórdão 8481, de 09/11/2004, da 1ª Turma da DRJ/JUIZ DE FORA (fls.242/246) que rejeitou a preliminar suscitada e não acolheu a Manifestação de Inconformidade da interessada.

Em decorrência da Representação de fls. 01/09, foi exarado o Despacho Decisório de fls. 201/205, que leio em Sessão, datado de 02/07/2004, e, em decorrência, o Ato Declaratório Executivo nº 19, de 05/07/2004, de fls. 206/207, pelo qual a contribuinte foi excluída do SIMPLES em face da prestação de serviço de locação de mão de obra, “(...) por exercer atividades que impedem a opção pelo referido sistema, de acordo com o inciso XII, alínea “f”, do artigo 9º da Lei nº 9.317/96.”

É apresentada impugnação a fls. 209/240, que leio em Sessão, na qual, com citações de dispositivos legais, decisões administrativas, respostas de consultas, manifestações doutrinárias, contesta a argüição de realizar locação de mão-de-obra, pedindo a anulação do Ato Declaratório.

Tempestivamente é oferecido Recurso Voluntário de fls. 248/272, que leio em Sessão, no qual renova suas argüições anteriores, além de salientar a tempestividade do apelo, a possibilidade de apresentá-lo através dos Correios, a impossibilidade de trazer bens em garantia em virtude de sua condição patrimonial.

Este Processo foi encaminhado a este Relator conforme documento de fls. 281, nada mais havendo nos Autos a respeito do litígio.

É o Relatório. 

## Voto

Conselheiro Paulo Affonso de Bartos Faria Júnior, Relator

Conheço do Recurso por apresentar condições de admissibilidade.

*Reporto-me ao artigo 9º da Lei 9317/96, inciso XII, alínea "f":*

"Art. 9º - Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

(...)

XII - que realize operações relativas a:

(...)

f) prestação de serviço vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;(...)"

Alega a Recte. que presta serviços de mão de obra, caracterizando empreitada.

*A empreitada, tanto na Lei civil (Código Civil art.1.237 e segs.), quanto na Lei comercial (Código Comercial, art. 226 e segs.), é admitida como modalidade do contrato de locação (locação de obra, contrato de obra). É admissível a existência das seguintes espécies de empreitada: de materiais e mão-de-obra; exclusivamente de mão-de-obra (lavor) e por administração.*

*Sua principal característica é o trabalho autônomo, possuindo utilização corrente na construção civil e no meio rural. A distinção entre os diferentes tipos de empreitadas far-se-á pela natureza da prestação de trabalho.*

*Fundamental para caracterizar-se a empreitada é que o empreiteiro assuma o risco de realizar a obra contratada, por si ou seus prepostos, segundo as especificações estabelecidas de tempo e preço. O empreiteiro é responsável pela organização dos meios necessários e a gestão do próprio risco, além da obrigação de executar a obra ou o serviço para o qual foi contratado. Como regra geral, todos os contratos de empreita pressupõem a assunção, por parte do contratado, do ônus relativo à fiscalização, orientação e planejamento do bem objeto da contratação.*

*A diferenciação básica existente entre a empreitada e a locação de mão-de-obra, portanto, é obtida pelo modo de encarar a obrigação de fazer. Se o que é ajustado limita-se ao fornecimento da mão-de-obra, sob controle e supervisão do locatário, temos a locação de mão-de-obra. Se o que é ajustado restringe-se à apresentação de um resultado, defrontamos com a empreitada. No caso da empreitada exclusivamente de mão-de-obra, o resultado é a própria execução do serviço, estabelecendo-se, assim, sua similitude com a locação de mão-de-obra.*

Neste Processo, por todos os documentos acostados, como inúmeras Notas Fiscais emitidas pela Recte. bem como os contratos por ela firmados com seus clientes, especialmente as respostas dadas por ela e pelas empresas às quais prestou os ditos serviços, restou bem caracterizada a atividade dela como locação de mão de obra.

A interessada não mostrou utilizar equipamentos de sua propriedade nem demonstrou exercer controle sobre as tarefas executadas, muito menos provou existir algum tipo de aferição da efetividade e qualidade dos serviços prestados.

Face ao exposto, nego provimento ao Recurso.

Sala das Sessões, em 9 de novembro de 2006

  
PAULO AFFONSECA DE BARROS FARIA JÚNIOR – Relator